

**CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO PED E DESENHO DE NOVOS INDICADORES E
LEVANTAMENTOS**

**BOLETINS PED SETORIAIS:
TRABALHO DOMÉSTICO E CONSTRUÇÃO CIVIL**

Meta C. Aprimorar sistema de divulgação e disponibilização das informações

C3. Organização da linha editorial Sistema PED

C3.1 – Elaborar e divulgar Boletim PED sobre inserção no Emprego Doméstico
e Construção Civil

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2012

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro do Trabalho e Emprego

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Carlo Roberto Simi

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Emprego e Renda - CGER

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidenta

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Pedro Celso Rosa - Secretário

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Ana Tércia Sanches - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Luis Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Clemente Ganz Lúcio – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Coordenação do Projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional
Clemente Ganz Lúcio – Coordenador de Pesquisas
Lúcia dos Santos Garcia – Coordenadora do Sistema PED
Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos
Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos
Isabel Cristina Sant'Anna – Apoio Administrativo

Equipe Regional PEDs¹**Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Iracema Keila Castelo Branco
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais -
IPEAD
Rodolpho Bertolini Júnior

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ANEXO - BOLETINS PED SETORIAIS: TRABALHO DOMÉSTICO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	8

APRESENTAÇÃO

O Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamento”, constituído no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 092/2007 e Termos Aditivos, tem como objetivo principal consolidar o Sistema PED como base estatística do Sistema Público de Emprego. A fim de alcançar este objetivo, as atividades contempladas no projeto estão divididas em 05 grandes grupos:

- ✓ Fortalecimento da coordenação e articulação do Sistema PED;
- ✓ Investimento no desenvolvimento metodológico e o aperfeiçoamento das condições operacionais da PED;
- ✓ Aprimoramento do sistema de divulgação e disponibilização das informações;
- ✓ Desenvolvimento de novos indicadores de apoio às políticas públicas;
- ✓ Estímulo à expansão do Sistema PED.

O presente relatório apresenta os **Boletins PED Setoriais**, relativos ao Trabalho Doméstico e o Trabalho na Construção Civil que seguem anexados. Esta atividade está inserida no objetivo geral C “Aprimorar Sistema de Divulgação e Disponibilização das Informações” e objetivo específico C2. “Organização da linha editorial Sistema PED”.

O objetivo dos Boletins PED Setoriais é apresentar de forma sintética e regular as principais informações disponíveis para determinados setores de atividade investigados pela PED, de forma a subsidiar o Movimento Sindical e os formuladores de Políticas Públicas nas suas ações setoriais. Eles foram elaborados pela equipe técnica do DIEESE. Para isso, foram realizadas uma série de reuniões ao longo do ano, para discutir o tema, o plano tabular e os resultados de cada boletim.

Em 2011, foi dada continuidade ao **Boletim do Trabalho na Construção Civil**, iniciado em 2009 e que se consolidou em dois boletins por ano: com base em temas inovadores e ao mesmo tempo relativos à conjuntura econômica do ano. Já o **Boletim Trabalho Doméstico**, que teve sua primeira edição em 2010, deverá manter sua publicação uma vez por ano, tratando de questões estruturais e conjunturais. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011 foram elaborados 3 Boletins PED Setoriais, conforme temas e datas de divulgação descritos no quadro a seguir:

Boletim	Divulgação	Tema
Boletim Trabalho Doméstico (Ano 2. Nº 1)	Abril 2011	As características do trabalho Doméstico remunerado nos mercados de Trabalho Metropolitanos
Boletim Trabalho e Construção (Ano 3. Nº 5)	Fevereiro 2011	O trabalho por conta própria na construção civil
Boletim Trabalho e Construção (Ano 3. Nº 6)	Dezembro de 2011	Salários na Construção Civil nos anos 2000: entre a formalização e a rotatividade

Seguem em anexo na íntegra os seis Boletins PED Setoriais.

ANEXO
BOLETINS PED SETORIAIS

TRABALHO DOMÉSTICO
TRABALHO E CONSTRUÇÃO

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Dezembro 2011 – Nº 6

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Salários na Construção Civil nos anos 2000: entre a formalização e a rotatividade

Durante a década de 1990, com o enfraquecimento das instituições reguladoras da economia e da sociedade brasileira, o mercado de trabalho foi fortemente pressionado para a flexibilização. Uma das consequências mais visíveis desse movimento se manifestou na redução do emprego protegido, aquele delineado pela consolidação das leis trabalhistas.

O contexto de crescimento econômico dos anos 2000, associado a iniciativas públicas promotoras do desenvolvimento, desenharam um novo quadro. A recuperação do mercado de trabalho nesse período mais recente não se restringiu, todavia, à geração de oportunidades de trabalho e à redução no desemprego: houve uma mudança qualitativa na estrutura ocupacional urbana, com o expressivo aumento do contingente de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho através do assalariamento com carteira assinada. As relações de trabalho na construção civil acompanharam esse processo.

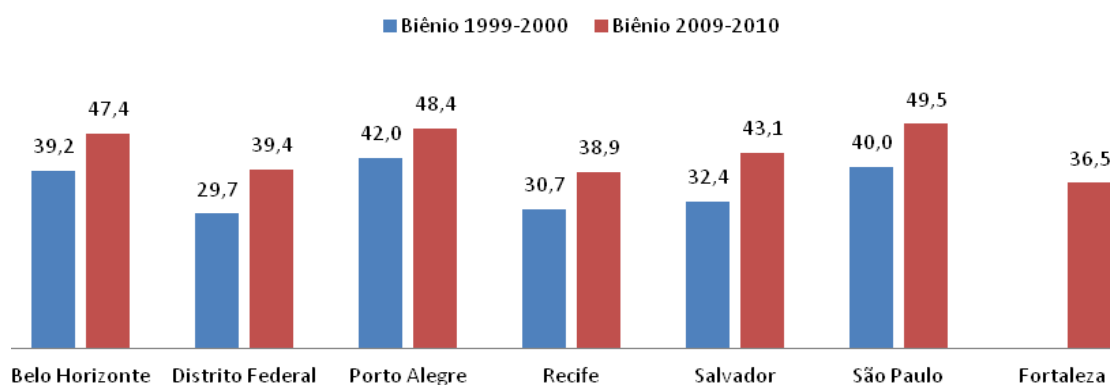
Como será mostrado nesta 6ª edição do Boletim Trabalho e Construção, o aumento da formalização da ocupação na construção civil tem o potencial de recuperar o nível salarial do setor, uma vez que os trabalhadores assalariados com carteira assinada possuem maiores rendimentos. Por outro lado, o estudo também mostrará que outra característica histórica nas relações de trabalho da construção civil brasileira atua em sentido contrário ao da recuperação salarial no setor: a elevada rotatividade dos trabalhadores.

Para retratar esse movimento, o estudo utilizou indicadores construídos a partir das estatísticas apuradas pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego - Sistema PED, realizado pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Em todas as regiões pesquisadas pelo Sistema PED, entre os biênios 1999-2000 e 2009-2010, é notável a expansão do emprego no setor privado com carteira assinada. O crescimento mais expressivo ocorreu na Região Metropolitana de Salvador, onde a proporção de trabalhadores com carteira assinada no setor privado passou de 32,4% no início da década para os atuais 43,1% (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Participação dos assalariados no setor privado com carteira assinada na população ocupada
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênios 1999-2000 e 2009-2010

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Esta tendência também é observada na construção civil. Nesse setor, nas regiões pesquisadas, o percentual de trabalhadores com carteira assinada aumentou de forma generalizada, com destaque para Belo Horizonte (de 31,9% para 46,6%) e São Paulo (de 26,1% para 36,8%). Apesar do expressivo aumento, este tipo de inserção ainda fica muito aquém do patamar observado nos demais setores (Tabela 1).

TABELA 1
Participação dos assalariados no setor privado com carteira
assinada na população ocupada, por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênios 1999-2000 e 2009-2010

(em %)

Regiões Pesquisadas	Biênio 1999-2000				Biênio 2009-2010			
	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil
Belo Horizonte	65,5	49,6	37,6	31,9	72,7	63,2	43,2	46,6
Distrito Federal	46,4	46,3	30,1	33,5	51,7	57,2	39,6	42,4
Fortaleza	-	-	-	-	55,5	36,5	37,0	33,5
Porto Alegre	72,6	46,7	36,5	29,3	78,4	59,3	42,4	36,3
Recife	63,0	30,9	30,9	36,1	69,2	42,6	39,0	44,9
Salvador	57,1	38,4	33,0	40,3	72,0	50,6	42,5	46,8
São Paulo	65,9	38,5	39,0	26,1	72,3	53,4	49,2	36,8

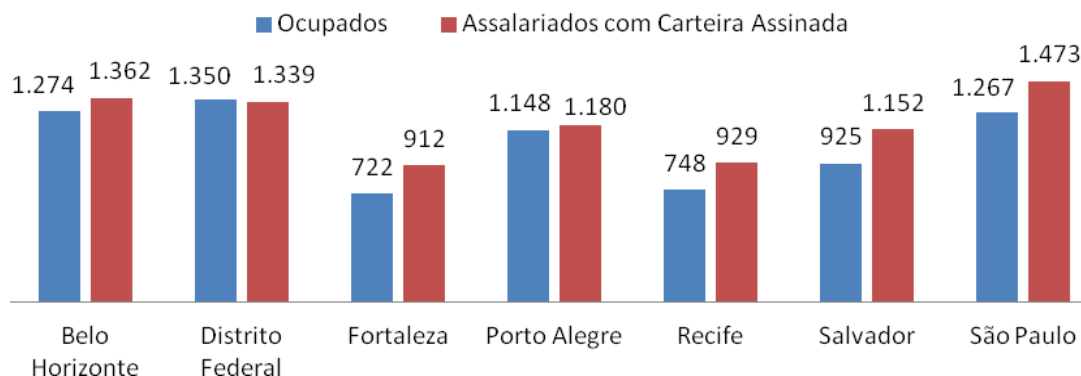
Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

O crescimento do emprego com carteira assinada é importante na medida em que favorece a melhor inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Além de oferecer uma condição de trabalho socialmente mais protegida, amparada pelos direitos previdenciários e trabalhistas (como férias, 13º salário, habilitação ao seguro desemprego, entre outros), o assalariamento com carteira assinada na construção civil implica também melhores rendimentos para os trabalhadores.

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo Sistema PED, o rendimento mensal médio dos trabalhadores na construção civil em 2009-2010 era de R\$ 1.138. Entre as regiões, o rendimento dos ocupados variou de R\$ 1.350 no Distrito Federal até R\$ 722 na Região Metropolitana de Fortaleza, refletindo distintas configurações dos mercados de trabalho e diferenças econômicas e sociais que permeiam esses mercados (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Rendimento real médio¹ dos ocupados e dos assalariados
do setor privado com carteira assinada² na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010

(em R\$ de setembro de 2011)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

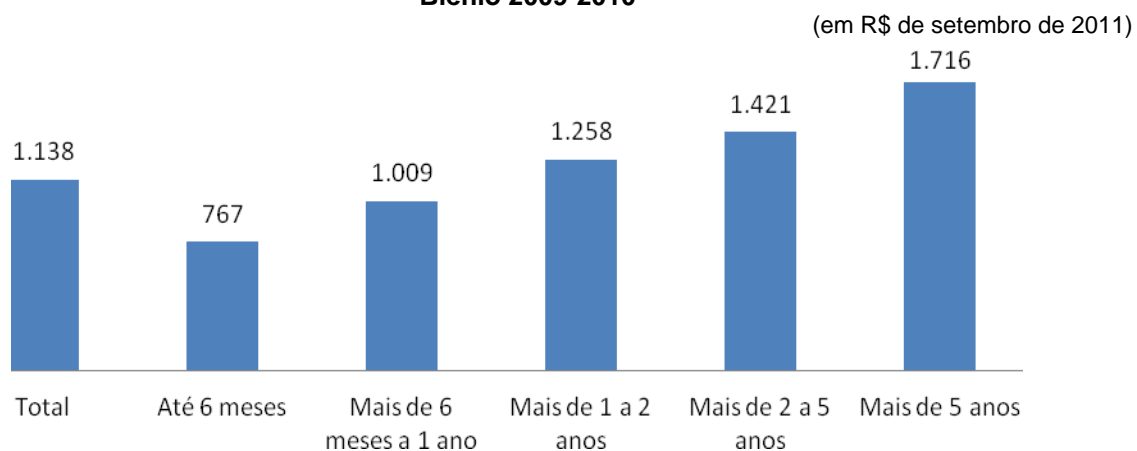
Nota: 1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

2) Excluiu-se os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

Contudo, em quase todas as regiões, com exceção do Distrito Federal, os trabalhadores assalariados com carteira assinada recebiam mensalmente salários maiores do que o rendimento médio dos ocupados. Essa diferença é maior nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife, onde o rendimento médio de um assalariado na construção civil superava, em torno de 25%, o rendimento médio de um trabalhador ocupado do mesmo setor.

Outro fator capaz de aumentar o rendimento na construção civil é o tempo maior de permanência no emprego. Entre aqueles que permanecem até seis meses no posto, o rendimento foi de R\$ 767, enquanto aqueles com mais de cinco anos recebiam mais do que o dobro, atingindo R\$ 1.716 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Rendimento real médio¹ dos ocupados na construção civil², por tempo de emprego
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

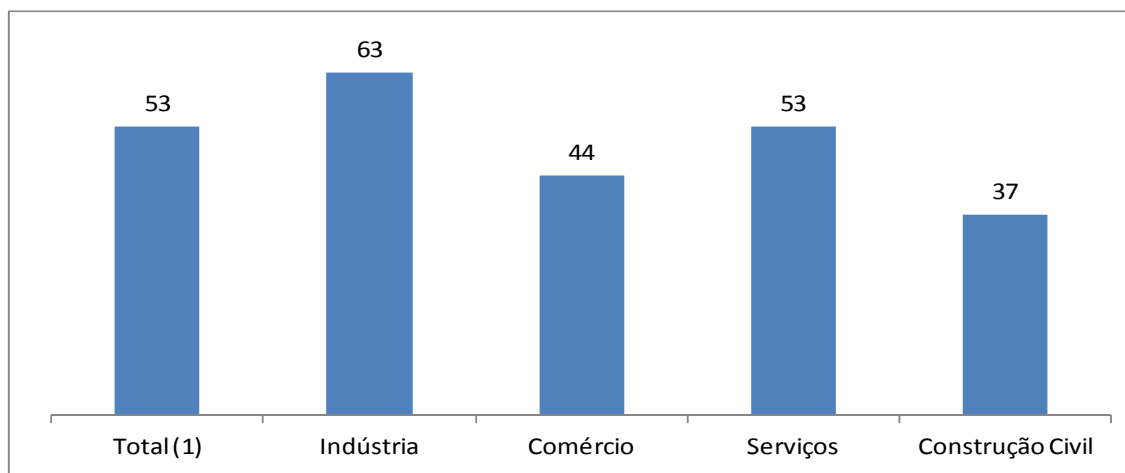
2) Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie e benefício

Por sua vez, a construção civil é, segundo estudo recentemente publicado pelo DIEESE¹, o setor que apresenta a maior taxa de rotatividade de trabalhadores. A análise dos dados do Sistema PED corrobora a afirmação: o tempo médio de permanência no trabalho principal dos trabalhadores assalariados do setor privado com carteira assinada na construção civil é de 37 meses, o menor entre os demais setores (Gráfico 4).

¹ DIEESE, "Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho" - São Paulo: DIEESE, 2011.

GRÁFICO 4
Tempo médio de permanência no trabalho principal dos
assalariados do setor privado com carteira assinada, por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010

(em meses)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Inclui indústria, comércio, serviços, construção civil, serviços domésticos e outros setores

Cabe ponderar que o fenômeno da rotatividade não se restringe somente ao setor da construção civil, mas atinge o mercado de trabalho brasileiro como um todo. O baixo tempo médio de emprego dos trabalhadores de outros setores, como sintetizado no Gráfico 4, confirma este quadro. Segundo comparação internacional, realizada pelo DIEESE, o Brasil apresenta o mais baixo tempo médio de permanência no trabalho entre 25 países. A situação do país só é melhor que a dos Estados Unidos.

O baixo tempo de permanência do trabalhador no posto, na construção civil, representa um impacto sobre os rendimentos dos trabalhadores. Sabe-se que a qualificação profissional nesse setor é fundamental, porém, em algumas ocupações, essa formação ocorre especialmente por meio da prática cotidiana do trabalho. Nesse sentido, a experiência profissional é fator determinante para maior qualificação e maiores rendimentos dos trabalhadores.

Mesmo considerando que a intermitência no trabalho seja da natureza da atividade na construção civil, a elevada rotatividade acaba por conter os ganhos salariais que o aumento da formalização poderia propiciar ao trabalhador. Ou seja, a rotatividade na construção civil é funcional ao empregador na medida em que segura o aumento de renda dos trabalhadores, que poderia ser trazido por uma relação de trabalho formalizada.



Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT.

Regiões Metropolitanas

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert. **Porto Alegre:** Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul – SJDS; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS-Sine/RS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA. **Distrito Federal:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – Setrab. **Belo Horizonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag; Fundação João Pinheiro – FJP; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete MG. **Salvador:** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho. **Recife:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem; Secretaria Especial da Juventude e Emprego – Seje; Secretaria de Planejamento e Gestão; Agência do Trabalho – Sine/PE. **Fortaleza:** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS; Sistema Nacional de Emprego – Sine/CE

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Nº 5 – Fevereiro 2011

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O desenvolvimento capitalista no Brasil alcançou um impulso formidável no século passado, dotando, em curto espaço de tempo, uma economia de base eminentemente agrícola de características similares às encontradas em estruturas produtivas modernas, com um peso significativo da indústria e dos serviços. Nesse intervalo de tempo, o mercado de trabalho brasileiro evoluiu junto com as transformações econômicas, ampliando o assalariamento e a proteção social dessa parcela da força de trabalho nacional.

Ainda assim, não se constituiu, no país, uma sociedade similar a de países desenvolvidos, com a universalização do assalariamento da força de trabalho, acompanhada de ampla garantia de direitos sociais e trabalhistas. No Brasil, a modernização assumiu traços conservadores caracterizando-se por forte expansão econômica, de um lado, e pela exclusão social de grandes parcelas da população, de outro lado.

O desenvolvimento econômico brasileiro notabilizou-se pela incapacidade de o núcleo mais dinâmico da economia incorporar, de maneira adequada, a maioria da força de trabalho nacional. Dessa forma, além do assalariamento consolidaram-se, no país, diversas formas de inserção ocupacional (com destaque para o trabalho por conta própria) em setores econômicos também bastante diversos em termos de produtividade. São nesses termos que se pode afirmar que o mercado de trabalho nacional ainda é pouco estruturado e bastante heterogêneo, configuração que não encontra paralelo no mundo capitalista desenvolvido.

*Partindo dessa realidade, o quinto número do Boletim **Trabalho e Construção** traz uma breve análise da inserção ocupacional dos trabalhadores por conta própria da construção civil, os quais se caracterizam pela não subordinação a um empregador. Assim, este trabalhador tem liberdade de exploração do seu negócio ou ofício, podendo contar, ou não, com a ajuda de terceiros.*

Os dados apurados em 2009 pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED, realizado pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo constituem a fonte dos indicadores apresentados.

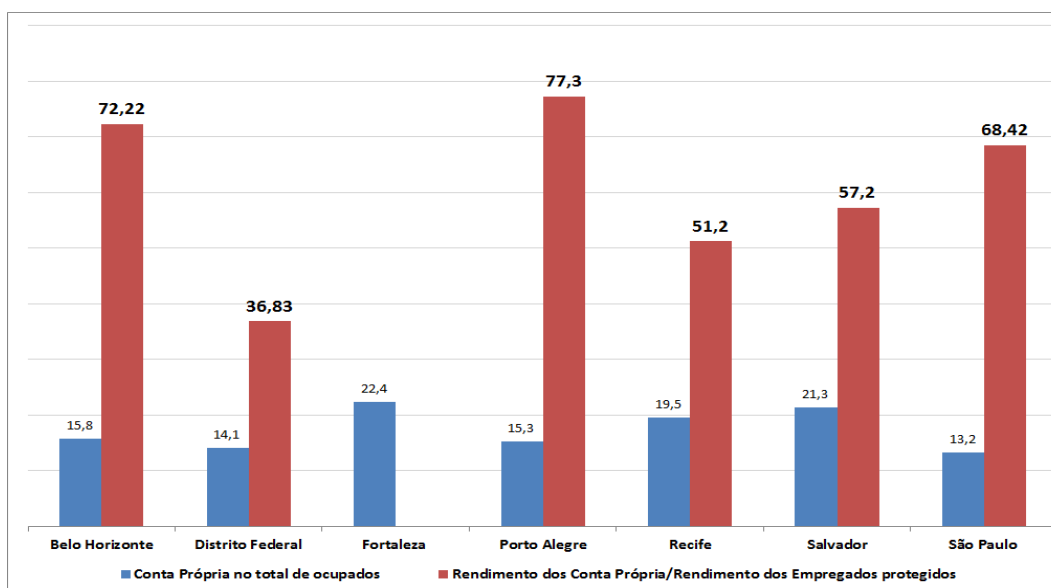
QUATRO EM CADA 10 TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL É CONTA PRÓPRIA

Parcela importante da população ocupada brasileira empreende por conta própria sua atividade produtiva, auto-organizando seu negócio e relação com sua clientela ou mercado de atuação. Em 2009, nas áreas metropolitanas acompanhadas pelo Sistema PED, os trabalhadores conta-própria tinham presença diferenciada, variando entre 13,2%, em São Paulo, e 22,4%, em Fortaleza. O limitado espaço econômico e social alcançado por esta parcela dos ocupados fica evidenciado pela restrição de suas remunerações, em especial quando comparadas aos rendimentos dos assalariados protegidos pela legislação trabalhista (Gráfico 1).

Do ponto de vista setorial, constata-se que a Construção Civil era o segmento

da atividade econômica no qual o trabalho exercido por conta própria atingia maiores proporções. A única exceção é a Região Metropolitana de Recife, na qual a presença desses trabalhadores era mais acentuada no comércio. De modo geral, nas regiões pesquisadas, em de cada 10 trabalhadores da Construção Civil pelo menos quatro trabalhavam por conta própria. A forte presença de trabalhadores conta-própria na construção civil – que pode ser explicada por o setor incluir tanto o segmento das edificações e obras públicas, quanto o de construções leves e reformas – era maior em Fortaleza, onde mais da metade dos trabalhadores da construção exerciam sua atividade profissional por conta própria (53,6%) e menor em Recife (27,6%) – (Tabela 1).

GRÁFICO 1
Percentual dos trabalhadores conta-própria na população ocupada e proporção dos rendimentos dos conta-própria⁽¹⁾ nos ganhos dos assalariados protegidos⁽²⁾ - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa e também para o público em geral e os donos de negócio familiar;

(2) Inclui os empregados com carteira assinada pelo setor privado, os empregados com carteira assinada pelo setor público e os estatutários pelo setor público.

TABELA 1
Proporção de trabalhadores por conta própria por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009

Regiões	Total ⁽¹⁾	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil
Belo Horizonte	15,8	9,6	16,9	15,5	41,4
Distrito Federal	14,1	20,3	21,0	10,6	46,7
Fortaleza	22,4	9,9	38,8	20,6	53,6
Porto Alegre	15,3	5,9	21,1	15,0	44,7
Recife	19,5	10,2	31,5	17,3	27,6
Salvador	21,3	9,7	32,8	19,1	46,9
São Paulo	13,2	5,0	19,8	13,0	39,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui Indústria, Comércio, Serviços, Construção Civil e Outros Setores

CONTA PRÓPRIA DO SETOR TEM REMUNERAÇÃO BAIXA E EXTENSA JORNADA DE TRABALHO

Em todas as regiões pesquisadas, os rendimentos mensalmente recebidos pelo trabalhador por conta própria na Construção Civil, que variaram de R\$ 427 na região metropolitana de Fortaleza a R\$ 945 no Distrito Federal, eram inferiores aos auferidos pelo empregado protegido¹ do setor. As diferenças de rendimento, no entanto, variavam de acordo com o mercado de trabalho regional analisado: eram bastante acentuadas nas regiões metropolitanas de Fortaleza e em Salvador, expressivas na de Belo Horizonte e São Paulo e menores na de Porto Alegre e no Distrito Federal (Tabela 2).

Ademais, não há diferenças significativas entre a jornada de trabalho semanal do trabalhador protegido e aquela praticada pelos que trabalham por conta própria na Construção Civil. Na região metropolitana de Belo Horizonte (41 horas) e no Distrito Federal (44 horas) as jornadas para os dois tipos de trabalhadores eram

iguais, enquanto os trabalhadores protegidos têm jornadas maiores nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. A maior diferença entre as jornadas foi identificada na região metropolitana de Fortaleza, na qual os empregados protegidos na construção civil apresentaram jornada superior a dos conta-própria do setor em 6 horas.

Mesmo levando em consideração as diferentes jornadas de trabalho, permanece válida a constatação de que os trabalhadores por conta própria da Construção Civil auferem rendimentos significativamente menores do que os trabalhadores protegidos, excetuando Porto Alegre, como mostrado na Tabela 02. Em Salvador e em Fortaleza, por exemplo, o trabalhador por conta própria auferia, respectivamente, 55,9% e 57,7% do rendimento médio horário de um empregado protegido do setor.

1. Considera-se empregado protegido os aqueles que têm carteira assinada pelo setor privado, os empregados com carteira assinada pelo setor público e os estatutários pelo setor público

TABELA 02
Rendimento médio real mensal⁽¹⁾, horas semanais trabalhadas e
rendimento por hora dos ocupados na construção civil⁽²⁾,
segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009

Regiões	Rendimento Mensal (em R\$ de agosto de 2010)		Rendimento Mensal dos Conta Própria em Relação aos Empregados Protegidos (%)
	Emprego protegido ⁽³⁾	Conta Própria ⁽⁴⁾	
Belo Horizonte	1.232	824	66,9
Distrito Federal	1.172	945	80,6
Fortaleza	855	427	49,9
Porto Alegre	1.033	903	87,4
Recife	846	(5)	(5)
Salvador	1.074	574	53,4
São Paulo	1.347	905	67,2

Regiões	Horas Semanais Trabalhadas (horas semanais)		Jornada Semanal dos Conta Própria em Relação aos Empregados Protegidos (%)
	Emprego protegido ⁽³⁾	Conta Própria ⁽⁶⁾	
Belo Horizonte	41	41	100,0
Distrito Federal	44	44	100,0
Fortaleza	45	39	86,7
Porto Alegre	44	41	93,2
Recife	48	45	93,8
Salvador	45	43	95,6
São Paulo	44	42	95,5

Regiões	Rendimento Hora (em R\$ de agosto de 2010)		Rendimento por Hora dos Conta Própria em Relação aos Empregados Protegidos (%)
	Emprego protegido ⁽³⁾	Conta Própria ⁽⁴⁾	
Belo Horizonte	7,02	4,70	67,0
Distrito Federal	6,22	5,02	80,7
Fortaleza	4,44	2,56	57,7
Porto Alegre	5,49	5,15	93,8
Recife	4,12	(5)	(5)
Salvador	5,58	3,12	55,9
São Paulo	7,15	5,03	70,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de agosto de 2010

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos menselistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os empregados com carteira assinada pelo setor privado, os empregados com carteira assinada pelo setor público e os estatutários pelo setor público

(4) Incluem os autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar

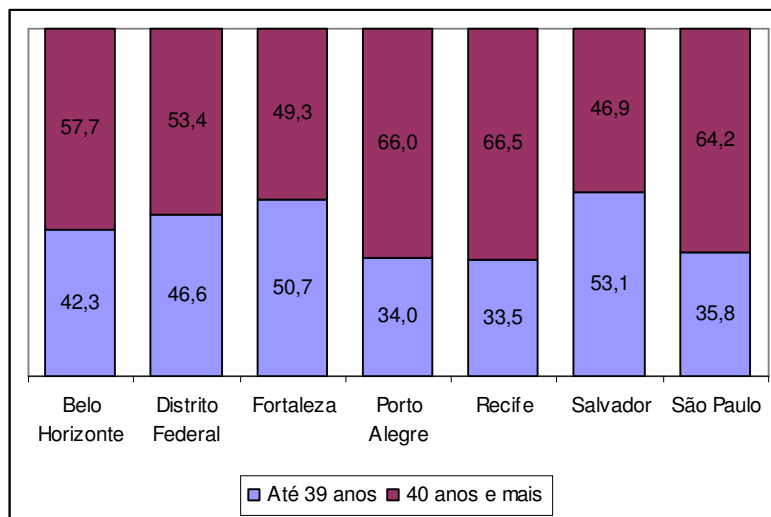
(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

TRABALHADOR TEM BAIXA ESCOLARIDADE, IDADE MAIS ELEVADA E É CHEFE DE DOMICÍLIO

O trabalhador por conta própria, diferentemente do assalariado, detém o controle da sua atividade laboral, graças à posse dos instrumentos de trabalho e das competências necessárias para o exercício da profissão. Normalmente, tais requisitos são acumulados ao longo da trajetória profissional, o que faz com que este trabalhador tenha, em termos médios, uma idade mais avançada do que o trabalhador assalariado. Assim, na Construção Civil, a proporção de trabalhadores com mais de 40 anos variava de 46,9% em Salvador a 66,0% em Porto Alegre, o que reflete o perfil etário mais avançado destes

trabalhadores (Gráfico 3). Outra característica é que a maioria dos trabalhadores por conta própria da Construção Civil assume a posição de chefe na família. Em Porto Alegre, Recife e São Paulo, de cada 100 trabalhadores por conta própria, ao menos 80 são considerados chefes de família (Gráfico 04). Ademais, 18,6% dos trabalhadores por conta própria em Belo Horizonte, 18,9% em Fortaleza e 21,0% em Salvador ocupam a posição de filho na família. É importante frisar que o trabalho por conta própria pode ser realizado individualmente ou com o auxílio de terceiros.

GRÁFICO 3
Distribuição dos trabalhadores por conta própria
na construção civil⁽¹⁾, segundo a idade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)

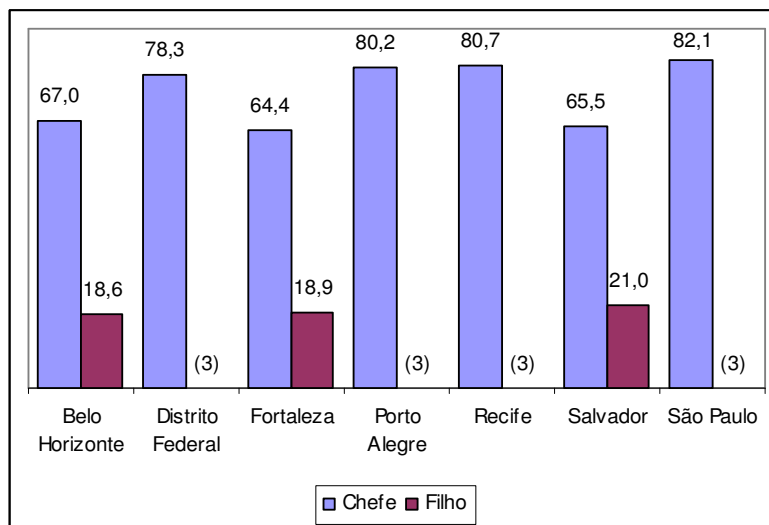


Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) Incluem os autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar.

Gráfico 4
Distribuição dos trabalhadores por conta própria na
Construção Civil⁽¹⁾, segundo posição na família⁽²⁾
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Notas: (1) Estão incluídos os autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar.

(2) As demais posições – cônjuge e o agregado outros – não comportam desagregação

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

O baixo nível de escolaridade que caracteriza o perfil do trabalhador da Construção Civil manifesta-se de forma mais acentuada entre aqueles que trabalham por conta própria. Em todas as regiões pesquisadas pela PED, à medida que aumenta o grau de escolaridade observa-se a diminuição da incidência de trabalhadores por conta própria comparativamente ao

total de ocupados no setor. A proporção de conta própria na Construção Civil que possuía, em 2009, o ensino fundamental incompleto variava de 56,9% em Fortaleza a 68,1% em Porto Alegre. Importante frisar, no entanto, que Fortaleza contava com 17,2% de trabalhadores analfabetos entre os conta própria (Tabela 3).

TABELA 03
Distribuição dos ocupados e dos trabalhadores por conta própria na Construção
Civil⁽¹⁾, segundo escolaridade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009

Escolaridade	Belo Horizonte		Distrito Federal		Fortaleza		Porto Alegre	
	Total de ocupados	Conta-própria	Total de ocupados	Conta-própria	Total de ocupados	Conta-própria	Total de ocupados	Conta-própria
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos	(3)	(3)	(3)	(3)	14,7	17,2	(3)	(3)
Ensino Fundamental Incompleto ²	52,4	66,1	52,7	60,8	53,2	56,9	58,1	68,2
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	19,1	18,9	18,5	19,9	16,6	15,8	22,9	19,7
Ensino médio completo + superior incompleto	17,6	10,8	16,9	(3)	12,9	9,8	13,8	(3)
Ensino superior completo	8,2	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Incluem os autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar.

(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Escolaridade	Recife		Salvador		São Paulo	
	Total de ocupados	Conta-própria	Total de ocupados	Conta-própria	Total de ocupados	Conta-própria
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos	(3)	(3)	(3)	(3)	7,8	10,0
Ensino Fundamental Incompleto ²	56,0	65,5	49,1	61,1	52,7	61,4
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	17,5	(3)	20,0	20,4	17,8	15,8
Ensino médio completo + superior incompleto	16,5	(3)	22,9	(3)	17,1	12,4
Ensino superior completo	(3)	(3)	(3)	(3)	4,7	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Incluem os autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar.

(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

PREVIDÊNCIA SOCIAL E ESTABILIDADE NO POSTO DE TRABALHO

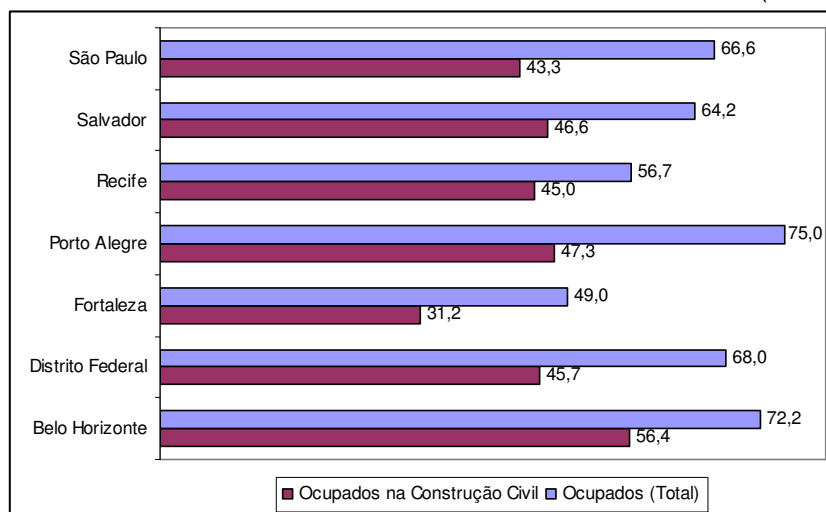
Uma parcela expressiva dos trabalhadores brasileiros ainda se encontra à margem da proteção social assegurada aos contribuintes da Previdência. Na prática, tais trabalhadores não têm direito de receber benefícios como o auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-doença acidentário (acidente de trabalho), entre outros. Com

efeito, a Construção Civil se notabiliza por ser um dos segmentos econômicos onde este problema se apresenta de forma mais explícita: com exceção de Belo Horizonte, em todas as regiões pesquisadas menos da metade dos trabalhadores do setor contribuíam para a Previdência Social (Gráfico5).

Os trabalhadores que não gozam dos benefícios da Previdência Social normalmente são aqueles que se inserem no mercado de trabalho através do assalariamento sem carteira de trabalho assinada, do emprego doméstico e, principalmente, do trabalho por conta própria. Deste modo, é possível constatar que apenas uma parcela muito pequena dos

trabalhadores por conta própria contribui com a Previdência Social. Neste caso, o problema também se apresenta de forma mais grave na Construção Civil, onde o percentual de trabalhadores por conta própria contribuintes da Previdência variava, em 2009, de apenas 2,2% na região metropolitana de Fortaleza a no máximo 18,3% na de Porto Alegre (Gráfico 6).

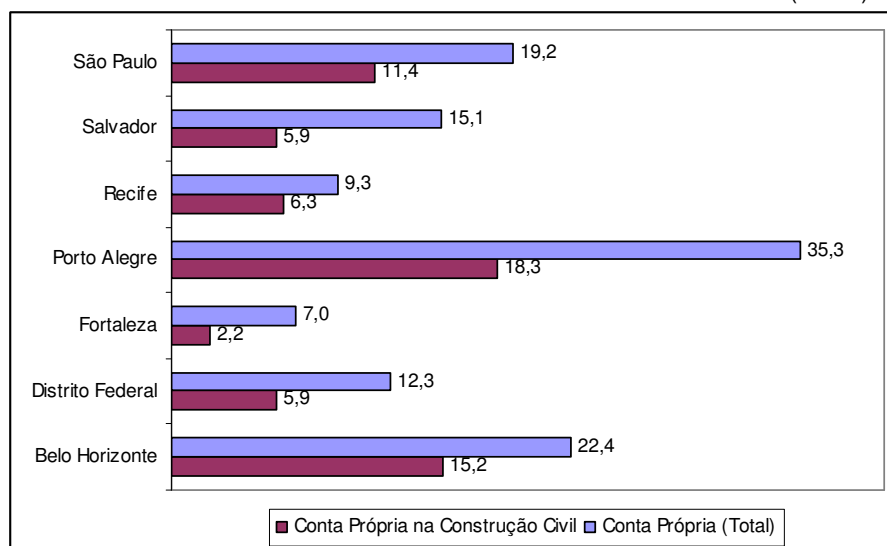
GRÁFICO 05
Proporção do total de ocupados e dos ocupados na construção civil que contribuem para previdência
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

GRÁFICO 06
Proporção do total de trabalhadores por conta própria e dos
trabalhadores por conta própria na construção civil que
contribuem para previdência
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Além de ser pequena a parcela de trabalhadores da Construção Civil que usufrui dos benefícios previdenciários, o tempo médio de permanência no posto de trabalho atual dos ocupados no setor é bastante inferior ao verificado no conjunto do mercado de trabalho. Apenas a região metropolitana de Belo Horizonte o tempo médio de permanência no posto de trabalho na Construção Civil é superior ao de outros trabalhadores conta própria. Isto mostra o elevado grau de rotatividade presente nas relações de trabalho na Construção Civil.

Com relação aos trabalhadores por

conta própria, em especial, em todos os mercados de trabalho regionais pesquisados o seu tempo médio de permanência no posto de trabalho atual era bem superior ao verificado entre os empregados protegidos, com exceção de Recife, situação que se explica pela não subordinação dos conta própria a um empregador, o que poderia implicar em maior rotatividade. Ainda assim, no geral, o tempo de permanência no posto de trabalho atual do trabalhador por conta própria da Construção Civil é inferior ao observado no conjunto dos trabalhadores por conta própria.

Tabela 4
Tempo médio de permanência no posto de trabalho atual do total de ocupados e dos ocupados na construção civil, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009

Forma de Inserção Ocupacional	Belo Horizonte	Distrito Federal	Fortaleza	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Total de Ocupados	76	77	63	77	73	79	63
Emprego protegido ⁽¹⁾	72	93	76	77	88	87	67
Conta Própria ⁽⁴⁾	113	87	79	102	86	99	81
Total de Ocupados na Construção Civil	74	56	36	60	26	60	44
Emprego protegido ⁽¹⁾	39	32	33	48	34	37	38
Conta Própria ⁽⁴⁾	118	77	42	72	24	85	55

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Estão incluídos os empregados com carteira assinada pelo setor privado, os empregados com carteira assinada pelo setor público e os estatutários pelo setor público

(2) Estão incluídos autônomos para mais de uma empresa, os autônomos para o público e os donos de negócio familiar

CONCLUSÃO

Os dados apresentados neste boletim indicam que a Construção Civil é o setor da atividade econômica que reúne o maior percentual de trabalhadores por conta própria nos mercados de trabalho regionais pesquisados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, com exceção da região metropolitana de Recife.

Constatou-se, ainda, que esse importante segmento do mercado de trabalho convive com baixa proteção social, uma vez que a grande maioria não contribui para a Previdência Social. Somado a isso, verifica-se que os trabalhadores têm baixa escolarização e enfrentam a

imprevisibilidade dos reduzidos rendimentos, por conta das características inerentes a um trabalho exercido de forma autônoma. A fragilidade da inserção do trabalhador por conta própria reveste-se de maior importância pelo fato de a maior parte deles ser chefe de família e, portanto, ser os principais responsáveis pela reprodução econômica familiar. Dessa forma, é muito importante que os diversos atores sociais promovam ações e políticas públicas que assegurem melhor inserção no mercado de trabalho para esses trabalhadores, especialmente no que toca à inclusão previdenciária.

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese – Sine/MG; Fundação João Pinheiro – FJP. **Distrito Federal:** Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; DIEESE. **Porto Alegre:** Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTS/Sine-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Recife:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; DIEESE. **Salvador:** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; DIEESE. **São Paulo:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; DIEESE.

AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

Em homenagem ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, 27 de abril, o DIEESE reedita este boletim, com dados atualizados, sobre trabalho doméstico remunerado. A publicação apresenta as características desta ocupação e das trabalhadoras que atuam como domésticas. O objetivo é ajudar a subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas.

Muitas ações têm sido feitas para valorizar o trabalho doméstico remunerado, desde legislações que ampliam os direitos das trabalhadoras até o debate do tema em nível internacional, nas Conferências Internacionais do Trabalho (CIT) de 2010 e 2011, organizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), que poderá resultar na adoção de um instrumento internacional que regule o trabalho doméstico remunerado. Mas como indica os dados do Boletim, ainda é necessário avançar muito para valorizar essa ocupação.

No Brasil, em 2010, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 7.223 mil pessoas, das quais 93% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de cerca de 17,0% das mulheres que trabalham. Em seguida aparece o setor de Comércio e Reparação, segmento que reúne 16,8% das ocupadas e pelo de Educação, Saúde e Serviços Sociais, onde estão 16,7% das trabalhadoras.

Porém, trabalho doméstico remunerado ¹se distingue dos demais trabalhos assalariados por sua situação particular. Suas atividades se restringem quase

¹ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de Serviço Doméstico ou Emprego Doméstico. É foco de análise apenas a trabalhadora doméstica remunerada.

exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Como se trata de um trabalho com características próprias, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

Além disso, a relação com o empregador é fortemente marcada por relações interpessoais e familiares, o que descaracteriza o caráter profissional da ocupação. Acrescente-se que este é um emprego de baixa sindicalização, de acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos, mesmo quando com carteira de trabalho assinada, e uma ocupação de baixos rendimentos e de longas jornadas. Todos esses elementos contribuem para a desvalorização da atividade.

Hoje, é intenso o debate sobre a necessidade de as empregadas domésticas conquistarem direitos equivalentes aos dos demais trabalhadores.

Para se obter um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade nos mercados de trabalho metropolitanos e chamar a atenção para sua importância e os problemas mais evidentes, foram utilizadas informações de 2010 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal pelo DIEESE em parceria com a Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros regionais.

Serviço Doméstico é alternativa importante de trabalho para as mulheres

Em 2010, as mulheres ocupavam cerca de 45% dos postos de trabalho existentes nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Foi no Distrito Federal que se verificou o maior percentual (47,2%).

No mesmo período, mais de 50,3% das ocupadas mulheres estavam no Setor de Serviços, exceto Fortaleza onde o percentual corresponde a 43,1%. O Comércio era o segundo maior empregador da mão de obra feminina em quatro das sete regiões: Porto Alegre (17,3%), Recife (19,3%), Fortaleza (20,3%) e Salvador (17,6%). Os Serviços Domésticos apareceram como segundo setor que mais ocupou mulheres no Distrito Federal (15,8%). Nas regiões de São Paulo e Belo Horizonte, o percentual de mulheres ocupadas foi semelhante (15,7% e 14,3%, respectivamente), representando o terceiro maior empregador de mulheres nestas regiões. Em duas regiões foi detectado um pequeno percentual de mulheres trabalhando na construção civil: Belo Horizonte, com 1,0% das ocupadas mulheres e São Paulo, com 0,6% (Tabela 1).

As maiores proporções de mulheres que trabalhavam nos Serviços Domésticos foram observadas em Recife e Fortaleza (16,9% e 16,7%, respectivamente) enquanto a menor foi verificada em Porto Alegre (12,0%).

TABELA 1
Distribuição das ocupadas por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2010

(em %)

Setor de Atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,2	3,1	12,6	5,5	4,2	13,7	18,9
Comércio	14,5	14,5	17,3	19,3	17,6	15,8	20,3
Serviços	60,9	64,4	57,5	55,4	61,4	53,7	43,1
Construção Civil	1,0	(2)	(2)	(2)	(2)	0,6	(2)
Serviços Domésticos	14,3	15,8	12,0	16,9	15,1	15,7	16,7
Outros(1)	(2)	1,5	(2)	2,3	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas

(2) A Amostra não comporta desagregação para esta categoria

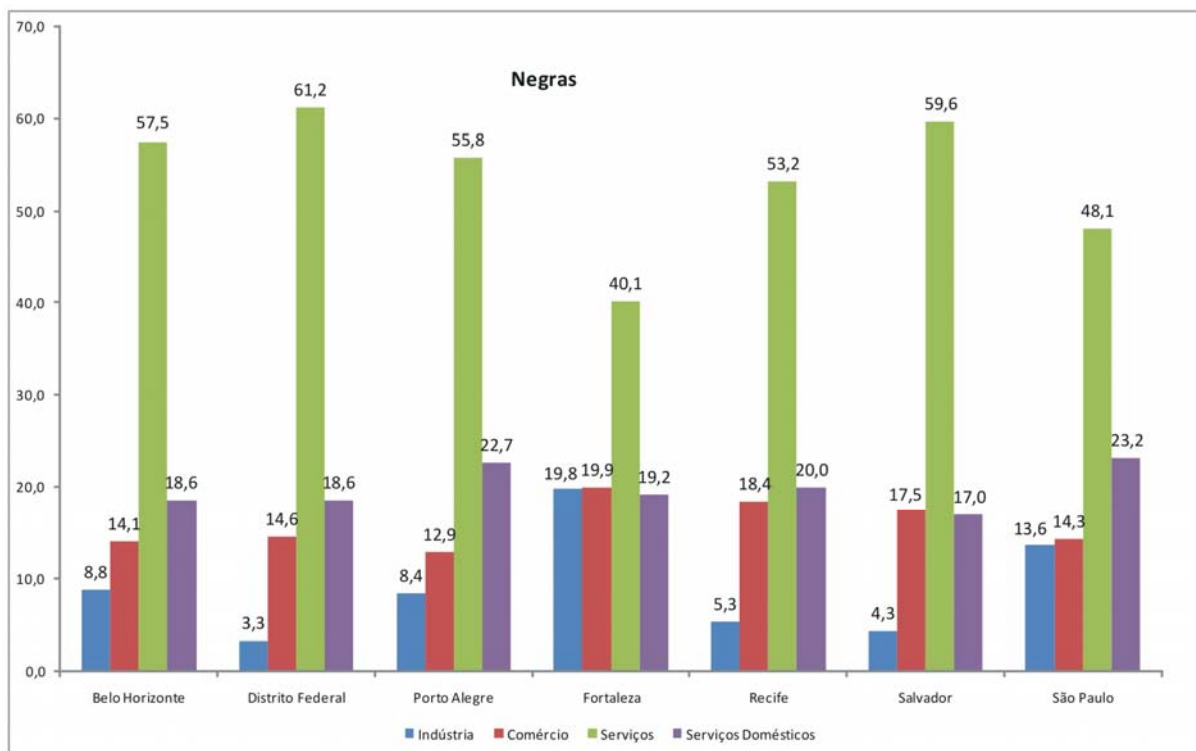
Quando se faz a relação entre trabalho feminino e raça/cor, aparecem diferenças na distribuição das mulheres no mercado de trabalho, explicadas em parte pelas características demográficas regionais. Por exemplo, em Salvador, mais de 85% da população é negra e em Porto Alegre, a maior proporção é de não negros.

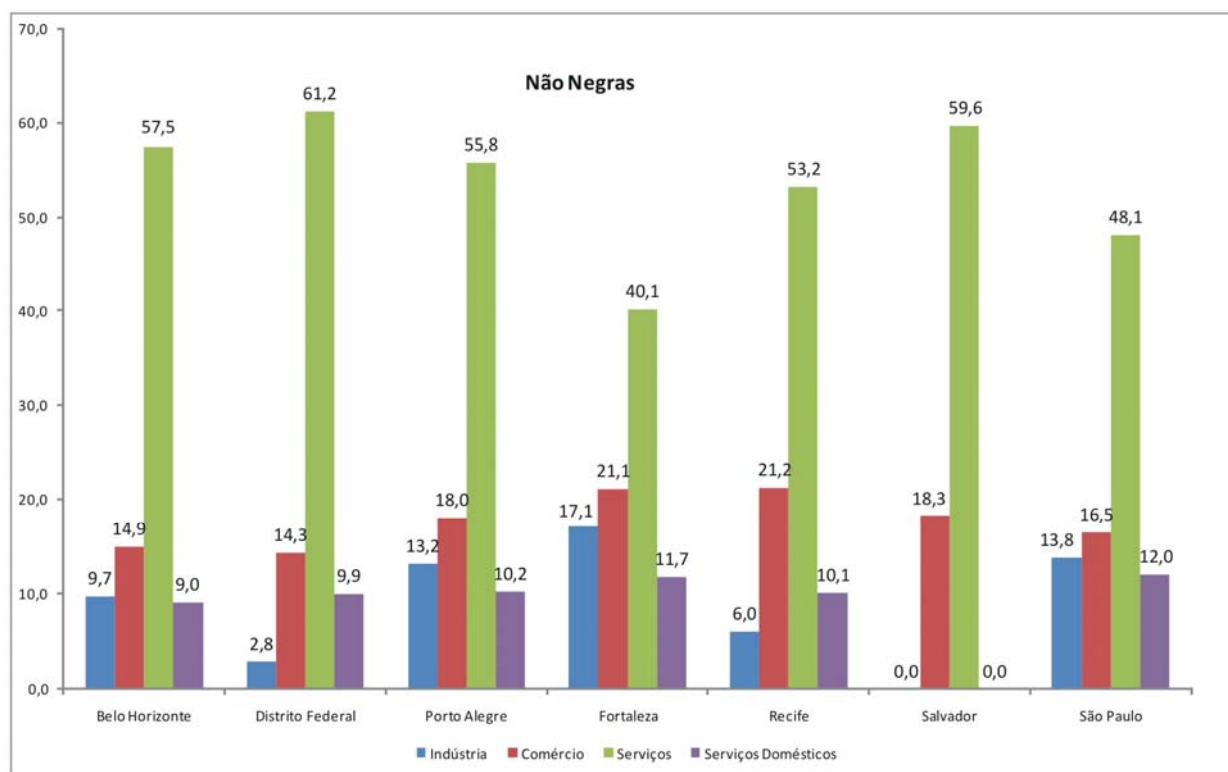
Para as trabalhadoras negras, os Serviços Domésticos foram o segundo setor mais importante em termos de ocupação, com exceção de Salvador, onde o Comércio empregou 17,5% das negras e os Serviços Domésticos, 17,0% e Fortaleza, onde os percentuais verificados foram 19,9% e 19,2%, respectivamente. Em São Paulo, do total de ocupadas negras, 23,2% estavam alocadas nos Serviços Domésticos.

No caso das ocupadas não negras, o Comércio foi o segundo setor que mais empregou em todas as regiões. Entre as trabalhadoras não negras, em 2010, os percentuais de mulheres que estavam ocupadas nos Serviços Domésticos variaram entre 9,0% (registrado em Belo Horizonte) e 12,0% (São Paulo) - Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Distribuição das ocupadas negras e não negras
por setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010

(em %)





Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Na região metropolitana de Salvador, não houve desagregação da amostra para mulheres não negras na Indústria e nos Serviços Domésticos

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

c) Não houve desagregação para os setores da construção civil e outros setores, na maioria das capitais, por isso foram desconsiderados no Gráfico

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2010. Em Salvador, 96,7% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, o total de trabalhadoras negras ocupadas no setor (48,9%) foi ligeiramente inferior ao de não negras (51,1%). Em Porto Alegre, a população negra é bem menor: 26,5% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (73,5%) - Tabela 2.

TABELA 2
Distribuição das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Negras	Não-Negras
Belo Horizonte			
Serviços Domésticos	100,0	71,0	29,0
Distrito Federal			
Serviços Domésticos	100,0	79,3	20,7
Porto Alegre			
Serviços Domésticos	100,0	26,5	73,5
Fortaleza			
Serviços Domésticos	100,0	76,7	23,3
Recife			
Serviços Domésticos	100,0	80,9	19,0
Salvador			
Serviços Domésticos	100,0	96,7	(1)
São Paulo			
Serviços Domésticos	100,0	48,9	51,1

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

Prevalece a presença de mulheres adultas

A maior parte das trabalhadoras domésticas era constituída por mulheres adultas, com idade entre 25 a 49 anos (mais de 62% em todas as regiões analisadas). Nota-se, que há tendência de esta ocupação ser mais exercida por mulheres mais velhas, uma vez que foi pequena a parcela de jovens de 18 a 24 anos, inferior, em geral, a de mulheres com idade entre de 50 a 59 anos, exceto em Fortaleza, onde as proporções foram semelhantes: 13,3% das trabalhadoras tinham entre 18 a 24 anos e 12,5%, 50 a 59 anos (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010 (em %)

Faixa Etária	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	3,8
18 a 24 Anos	6,1	12,1	(1)	7,1	10,4	4,7	13,3
25 a 39 Anos	37,2	42,5	28,4	40,7	46,2	36,2	41,2
40 a 49 Anos	29,4	26,3	34,2	31,9	27,3	32,0	25,9
50 a 59 Anos	19,8	14,3	27,6	16,2	12,8	20,7	12,5
60 Anos e Mais	6,2	(1)	5,9	(1)	(1)	5,6	(1)

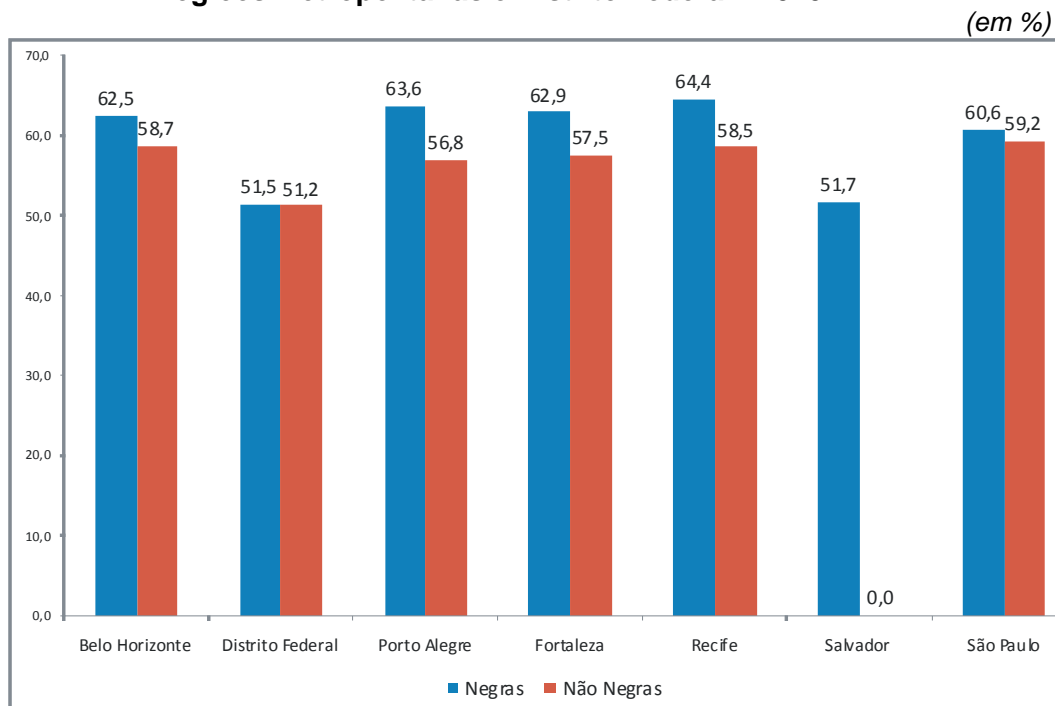
Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

A ausência de jovens pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o crescimento econômico que gera novas vagas vem colocando para estas jovens outras oportunidades de trabalho mais reconhecidas, valorizadas pela sociedade, menos precárias e com acesso a direitos como registro em carteira, jornada pré-definida e salário maior, entre outros. Outro fator é o aumento do nível de escolaridade das jovens que, preferem buscar alternativas de ocupação que representem maiores chances de progresso e status profissional, e melhores perspectivas de ter carteira de trabalho assinada. Por outro lado, há a exigência de algumas famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes para a realização dos trabalhos domésticos. Como consequência, o serviço doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas, em faixas etárias mais elevadas. A proporção de crianças e jovens com idade entre 10 e 17 anos exercendo o trabalho doméstico remunerado tem baixa representatividade estatística, não podendo ser dimensionado pela amostra da pesquisa.

O nível de escolaridade das domésticas é, de maneira geral, baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (Gráfico 2). Esta característica ficou mais evidenciada entre as domésticas negras que no caso das não negras, exceto no Distrito Federal e no Recife, onde as proporções eram semelhantes. Ou seja, o trabalho nos Serviços Domésticos, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

GRÁFICO 2
Proporção das trabalhadoras domésticas negras e não negras
com até o ensino fundamental incompleto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2010



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Obs.: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

b) A amostra não comporta a desagregação para trabalhadoras domésticas não negras com até o ensino fundamental na Região Metropolitana de Salvador

Apesar do predomínio de trabalhadoras menos escolarizadas, em 2010, o percentual de mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto foi de 15,3% em Porto Alegre, de 17,3% e 17,5% em Fortaleza e Belo Horizonte, 18,0% no Recife, 19,4% em São Paulo, 24,8% no Distrito Federal e 26,8% em Salvador. Além de expressar a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, o dado indica uma importante diferenciação entre as ocupações exercidas nos Serviços Domésticos. Assim, tende a crescer a participação de ocupações que são exercidas por pessoas com maior grau de instrução, como babás e, em especial, acompanhantes de idosos. O envelhecimento da população, a diminuição do tamanho das famílias e a maior inserção feminina no mercado de trabalho justificam a expansão do trabalho para estes profissionais domésticos, em geral com maior escolaridade, inclusive com formação na área de saúde, mas que ainda assim, mantêm o perfil do emprego doméstico, ligado às atividades que exigiriam habilidades consideradas femininas.

Em todas as regiões analisadas a proporção de empregadas domésticas que na família ocupam a posição de cônjuges foi superior a 37%, percentual verificado em Salvador. No entanto, também entre as trabalhadoras domésticas se verificou a tendência de aumento na

proporção de famílias chefiadas por mulheres, cuja proporção ficou em patamar mais ou menos semelhante, variando entre 28,3% em Fortaleza e 34,9% em Porto Alegre.

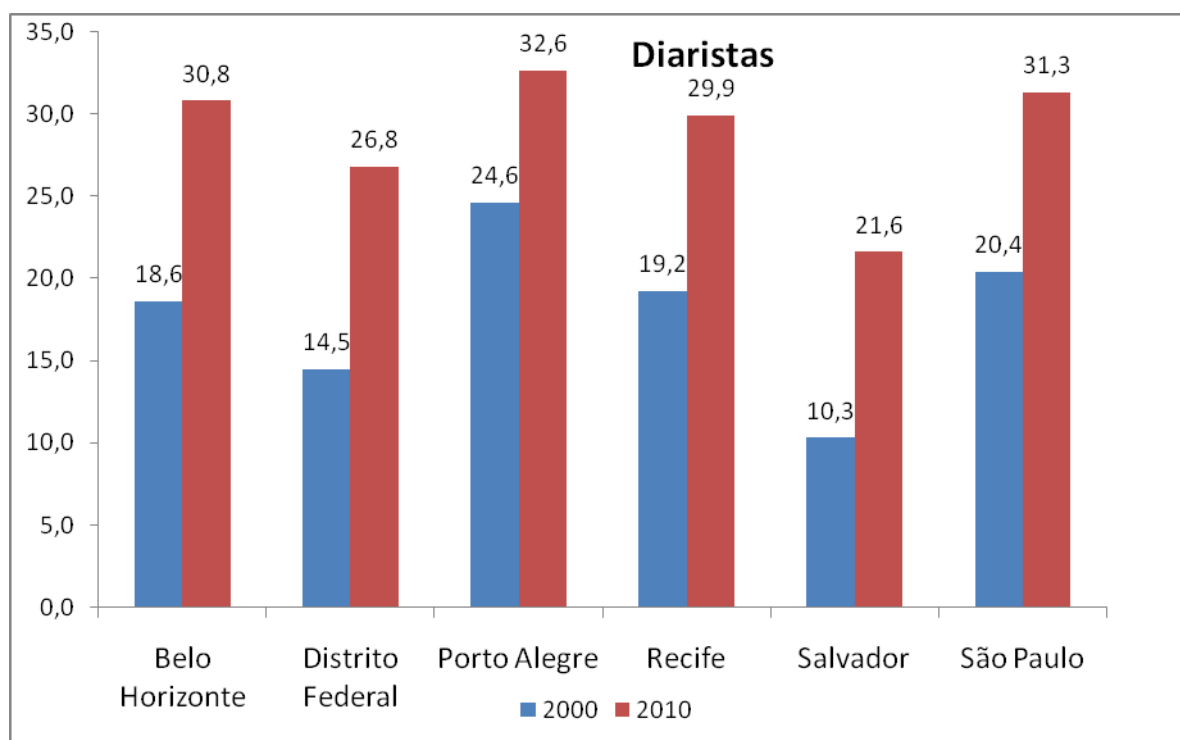
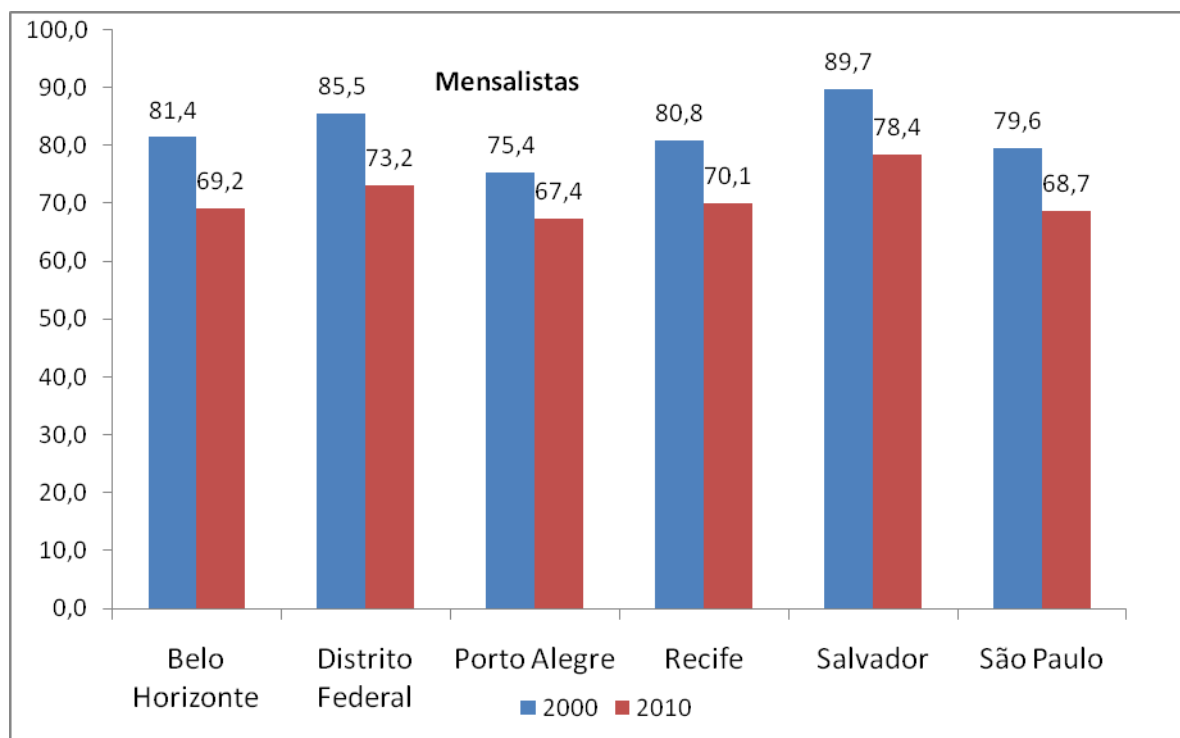
Diaristas crescem, mas mensalistas ainda são maioria

A pesquisa vem registrando a redução da trabalhadora doméstica mensalista (com e sem carteira assinada, entre os anos 2000 e 2010 e a elevação das diaristas. Mesmo assim, em 2010, a maior parte das trabalhadoras domésticas exerceu seu trabalho como mensalista. As mensalistas representaram proporções acima de 67,4% (Porto Alegre) em todas as regiões metropolitanas analisadas. (Gráfico 3).

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem de férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” do trabalho na sua jornada diária. Estas trabalhadoras, cuja participação nos Serviços Domésticos vem aumentando desde 2000, representaram, em 2010, um percentual que variou de 21,6%, em Salvador a 31,3% em São Paulo e coloca um desafio de inclusão dentro da contratação formal e no acesso a benefícios garantidos em lei.

GRÁFICO 3
Proporção das trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000 e 2010

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Obs.: Não há dados para Fortaleza para o ano de 2010. Por isso, a capital não está representada neste gráfico

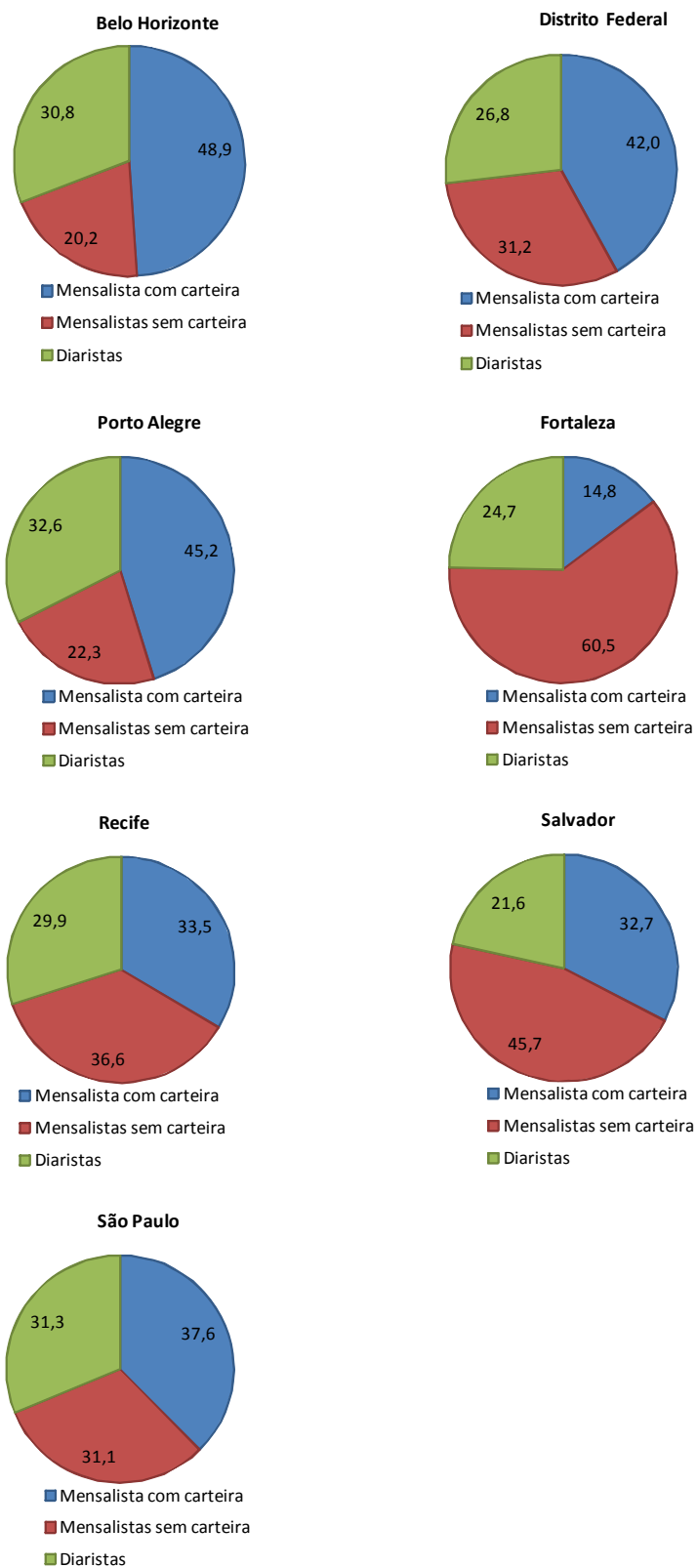
As empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram em melhor situação comparativamente às outras trabalhadoras domésticas remuneradas, em razão do reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho e, quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, também pelo acesso ao sistema de proteção social. No entanto, as mensalistas com carteira estavam em maior proporção apenas nas regiões de Belo Horizonte (48,9%), Distrito Federal (42,0%), Porto Alegre (45,2%) e São Paulo (37,6%). Nas regiões do Nordeste, por sua vez, foi superior o percentual de mensalistas sem carteira assinada, com destaque para Fortaleza (60,5%) em 2010 (Gráfico 4).

Assim, percebe-se que o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é totalmente respeitado. As relações peculiares entre empregado e empregador² exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.³

² Ávila, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Fevereiro de 2009.

³ Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

GRÁFICO 4
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2010
(em %)



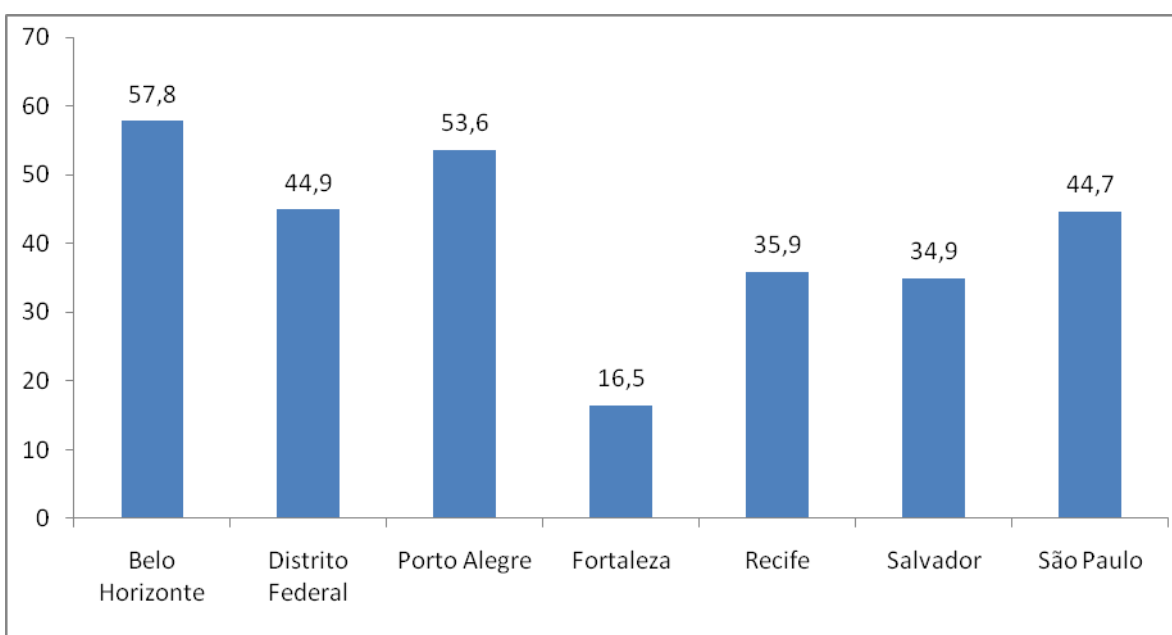
Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é a baixa proporção de mulheres que contribuem para a previdência social. Nas regiões do Nordeste, em São Paulo e no Distrito Federal menos da metade das trabalhadoras contribuíram para Previdência, em 2010, com destaque para Fortaleza, onde apenas 16,5% das trabalhadoras fizeram esta contribuição (Gráfico 5).

Analisando por posição na ocupação, para as mensalistas com carteira, a contribuição está garantida. Mas no caso das mensalistas sem carteira, o número de contribuintes foi tão baixo que não foi possível desagregar a amostra. Entre as diaristas, segmento em que também é menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS, os percentuais de trabalhadoras que contribuíram só foram observados em Belo Horizonte (20,1%), em Porto Alegre (17,2%) e em São Paulo (14,2%).

GRÁFICO 5
Proporção de trabalhadoras domésticas que
contribuem para a Previdência Social
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2010

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Jornadas extensas

O trabalho doméstico envolve, com frequência, longas jornadas. Verifica-se que as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, foram as que exerceram as jornadas de trabalho mais longas em todas as regiões, destacando-se Recife, onde a jornada média semanal foi 56 e 57 horas para negras e

não negras e Fortaleza, 53 e 52 horas, respectivamente. No Distrito Federal, negras e não negras trabalharam 45 horas por semana em média.

Ainda que para aquelas sem carteira assinada, a jornada tenha sido menor, excedeu a jornada legal em Recife (50 horas para negras e 51 horas para não negras) e Fortaleza (49 horas para negras e 48 para não negras).

Entre as diaristas, a jornada semanal é menor, uma vez que muitas optam por ter dias livres. Mas o ritmo do trabalho é bastante intenso, uma vez que todo trabalho da casa é feito em um só dia. Entre as diaristas negras, em 2010, a jornada média semanal variou entre 21 horas (Salvador) e 26 horas (Belo Horizonte) semanais em média e entre as não negras, 21 horas (Recife) e 28 horas (Belo Horizonte).

TABELA 4
Horas semanais médias trabalhadas pelas trabalhadoras domésticas⁽¹⁾
negras e não negras segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2010 (em horas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Negras			Não Negras		
	Mensalista		Diarista	Mensalista		Diarista
	com carteira	sem carteira		com carteira	sem carteira	
Belo Horizonte	44	38	26	44	39	28
Distrito Federal	45	43	24	45	42	26
Porto Alegre	41	39	25	42	40	24
Fortaleza	53	49	24	52	48	24
Recife	56	50	22	57	51	21
Salvador	48	41	21	(1)	(1)	(1)
São Paulo	43	37	25	42	36	23

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Exclusive as que não trabalharam na semana

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

Empregadas domésticas recebem os menores rendimentos, que pouco se diferenciam entre negras e não negras

Em 2010, as diaristas recebiam, em média, um valor por hora superior ao das mensalistas. Já entre as mensalistas, o valor por hora médio recebido por aquelas que tinham carteira assinada superou, em todas as regiões, o recebido pelas sem carteira assinada (Tabela 5).

O rendimento médio real por hora obtido pelas diaristas chegou a ser 34,5% maior do que o das mensalistas com carteira em Porto Alegre e 25,4% superior no Distrito Federal. A menor diferença foi registrada em São Paulo, 19,2%.

O rendimento das diaristas foi ainda maior na comparação com o recebido pelas mensalistas sem carteira. Em Fortaleza e Recife, o rendimento hora das diaristas superou em cerca de 61% o das mensalistas sem carteira. O maior rendimento aliada à flexibilidade de jornada de trabalho pode indicar a tendência o crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas. Destaca-se que a análise do rendimento hora desconsidera outros benefícios que as mensalistas com carteira assinada possam ter como descanso semanal remunerado, férias e 13º terceiro.

Destaca-se também que não foram verificadas diferenças expressivas entre os rendimentos das trabalhadoras negras e não negras.

TABELA 5
Rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas
negras e não negras, por posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2010

(em R\$ de novembro de 2010)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total			Negras			Não Negras		
	Mensalista		Diarista	Mensalista		Diarista	Mensalista		Diarista
	com carteira	sem carteira		com carteira	sem carteira		com carteira	sem carteira	
Belo Horizonte	3,35	(1)	4,10	3,31	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Distrito Federal	3,50	3,10	4,39	3,52	3,02	4,47	(1)	(1)	(1)
Porto Alegre	3,86	(1)	5,19	(1)	(1)	(1)	3,81	(1)	5,33
Fortaleza	(1)	1,76	2,85	(1)	1,69	2,95	(1)	(1)	(1)
Recife	2,30	1,72	2,77	2,31	1,72	2,80	(1)	(1)	(1)
Salvador	2,59	2,18	(1)	2,64	2,17	(1)	(1)	(1)	(1)
São Paulo	4,22	3,47	5,03	4,29	3,33	5,06	4,25	3,50	5,04

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: a) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês

b) Excluídos os que não trabalharam na semana

c) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

d) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

Sistema PED - Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – SEDESE – SINE/MG; Fundação João Pinheiro – FJP. **Distrito Federal:** Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. **Porto Alegre:** Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/SINE-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Recife:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos – Dieese. **Salvador:** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE; Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. **São Paulo:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – SERT; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.